

As Escolas do Legislativo nos municípios paulistas¹

EDUARDO SEINO

MAIRA GONÇALVES LOPES

RESUMO

■ O objetivo desse trabalho foi iniciar um estudo das Escolas do Legislativo das Câmaras Municipais do estado de São Paulo, uma vez que o número de escolas têm crescido e trata-se de objeto ainda não explorado pela literatura. Para tanto, realizamos uma análise quantitativa dos dados obtidos por meio de questionários respondidos pelos representantes das Escolas dos Legislativos paulistas. Concluímos que existe uma diversidade considerável de estruturas, formatos e atividades exercidas pelas escolas e que, além disso, é necessário um melhor entendimento sobre a relação estratégica que alguns parlamentares podem estabelecer com as escolas a fim de obterem ganhos políticos.

ABSTRACT

■ The purpose of this paper is to initiate a study on the Legislative Schools of the Municipal Councils of the state of São Paulo, since the number of schools has grown and is an object not yet explored in the literature. To do so, we performed a quantitative analysis of the data obtained through surveys answered by the representatives of the state's Legislative Schools. As a result, we concluded that there is a considerable diversity of structures, formats and activities carried out by the Schools and that, in addition, there should be a better understanding of the

1 Agradecemos o Sr. Florian Madruga, presidente da ABEL, pela disponibilidade e pelos contatos com as Escolas do estado de São Paulo, às quais também gostaríamos de agradecer a atenção e o compromisso com este trabalho.

strategic relationship that some parliamentarians can establish with the Schools in order to achieve political gains.

INTRODUÇÃO

■ A partir da Emenda Constitucional nº 19 de 1998, ficou estabelecido que União, Estados e o Distrito Federal devem manter escolas de governo com o intuito de aprimorar a formação dos servidores públicos. Com isso, o poder Legislativo também fomentou a criação de instituições de caráter educativo, e desde então, diversas experiências nos estados e municípios têm ampliado os objetivos destas instituições (Cosson, 2008).

O número de Escolas do Legislativo tem crescido, evidenciando uma tendência a ser seguida pelos demais parlamentos que ainda não possuem as suas Escolas. Segundo a Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL, criada em 2003, atualmente, todas as Assembleias Legislativas Estaduais e a Câmara Legislativa do Distrito Federal contam com Escolas do Legislativo e, além delas, 103 Legislativos municipais². No entanto, embora esse aumento tenha sido um fato, permanece aberto um campo de investigação a respeito das especificidades que essas instituições têm assumido.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais instalou, em 1992, a primeira Escola do Legislativo. Ela congregava atividades de capacitação de servidores com atividades pedagógicas voltadas para aproximar o Legislativo da comunidade, numa tentativa pioneira de colocar em prática a educação cidadã. Esta atividade pioneira da Assembleia Legislativa de Minas Gerais gerou uma série de replicações de espaços destinados a esse tipo de formação (Marques Jr, 2009).

Segundo Melo (2015), as primeiras Escolas do Legislativo – Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado Federal e o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOP) da Câmara dos Deputados – surgiram para enfrentar o desafio de modernização dos parlamentos brasileiros no sentido de qualificar o corpo técnico para dar suporte às atividades parlamentares e reaproximar o Legislativo da sociedade.

De um modo geral, as Escolas do Legislativo estabelecem as suas diretrizes básicas com o objetivo de: capacitar funcionários do parlamento e atuar também no aprimoramento dos próprios parlamentares; disseminar conhecimentos e infor-

2 Site da ABEL. Disponível em: <http://www.portalabel.org.br/escolas> Acesso em 10/09/2015.

mações sobre o Legislativo; formar lideranças comunitárias; aproximar os cidadãos do Poder Legislativo; e desenvolver a educação para a democracia/cidadania³.

Nesse sentido, as Escolas do Legislativo têm sido recebidas como um mecanismo de indução ao aprofundamento democrático. A literatura trata algumas experiências positivamente quando se refere às atividades que têm sido desenvolvidos pelas EL, porém ficam restritos a poucas iniciativas e sem uma análise das ações desenvolvidas por um conjunto maior de EL (Assis, 1997; Marques Jr, 2009; Gonçalves e Casalecchi, 2013; Fuks, 2014). Essas análises começaram a se avolumar no período pós-88 devido à criação do que se entende hoje por um sistema de ensino legislativo, que integra Escolas do Legislativo do Senado, da Câmara dos Deputados, dos Tribunais de Contas Estaduais, das Assembleias Legislativas e de um número cada vez maior de Câmaras Municipais.

Diante desse contexto de multiplicação das Escolas do Legislativo Municipais, sem qualquer pretensão de esgotar o detalhamento das Escolas, nas múltiplas funções que elas podem assumir, ou nos múltiplos formatos institucionais que possam ter, nos colocamos a tarefa de iniciar um estudo exploratório sobre como as Escolas estão estruturadas, quais são seus objetivos e suas práticas. Ou seja, o que efetivamente esses órgãos têm realizado e por meio de qual estrutura de funcionamento?

Selecionamos as experiências municipais por duas razões. A primeira delas refere-se à baixa produção sobre esse objeto no nível do poder Legislativo municipal. O segundo motivo que nos levou a esta opção refere-se ao pressuposto de que o Legislativo municipal assume, no modelo democrático da divisão dos Poderes estabelecido pela Constituição Brasileira de 1988, um canal privilegiado de ligação e interação entre os cidadãos e o Estado. Por ser o poder mais próximo dos cidadãos, com amplas capacidades para representar suas diversidades de interesses, entendemos que o Legislativo pode desempenhar funções educativas e informativas que sejam complementares àquelas concernentes a representação política.

AS ESCOLAS DO LEGISLATIVO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS PAULISTAS

■ O objeto desse trabalho foram as Escolas do Legislativo das Câmaras Municipais do estado de São Paulo, por ser uma das unidades federativas com maior número de EL. Para iniciar o levantamento de informações acerca das EL

3 Essas informações podem ser encontradas no estatuto da ABEL, documento que norteia as atividades desenvolvidas pelas Escolas do Legislativo. Disponível em: <http://portalabel.org.br/a-abel/estatuto>. Acesso em 21/09/2015

foi feito o contato direto com 20 Escolas dos Legislativos paulistas e, além disso, com o presidente da ABEL, Florian Madruga, para que intermediasse o envio dos questionários e reiterasse a importância da pesquisa.

Foi enviado um questionário com questões fechadas e abertas às EL. Os dados coletados são provenientes das respostas das EL de sete municípios, sendo eles: Limeira (298.701 mil habitantes), Araraquara (208.662), Ribeirão Preto (674.405), Itapevi (226.488), São José do Rio Preto (446.649), São Paulo (12.038.175) e Louveira (44.904)⁴. As respostas foram organizadas de maneira comparada, de modo que possamos compreender: as características dos seus espaços físicos; suas regras de organização e funcionamento; suas estruturas administrativas; a formação de seus corpos discente e docente; orçamento; tipos de atividades; cursos oferecidos.

Ainda que a comparação seja uma ótima ferramenta para elucidar as especificidades, devemos estar sempre atentos às características das unidades de comparação. No caso deste trabalho, por exemplo, a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, cujo orçamento ultrapassa um milhão de reais e conta com uma equipe de mais de 10 funcionários, têm muito mais capacidade de desenvolver e realizar atividades do que a escola de uma Câmara que não tem orçamento próprio e conta com apenas dois servidores.

Estrutura das EL

TABELA 1. Orçamento, estrutura física e PPP

Escola do Legislativo	Araraquara	Itapevi	Limeira	Louveira	Ribeirão Preto	S. J. Rio Preto	São Paulo
1. Previsão Orçamentária	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
1.1. Valor	220.000,00	-	300.000,00	-	-	-	1.200.000,00
2. Infraestrutura física	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
2.1. Sala administrativa	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
2.2. Sala de aula da EL	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
2.3. Outros espaços do Parlamento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
3. Projeto Político Pedagógico	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim

4 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Por meio da tabela 1 podemos verificar se as Escolas possuem sede própria, se elas estão alojadas em espaços compartilhados com os demais setores do órgão público ou, ainda, se elas possuem salas de aula próprias, onde são ministrados os cursos. A exceção da Escola de Ribeirão, que não possui sala própria, todas as demais responderam possuir uma sede administrativa, porém somente a EL de Itapevi possui sala de aula própria. As demais EL realizam suas atividades nos espaços compartilhados das Câmaras Municipais, como plenário, sala de reuniões, auditório ou ainda em diversos espaços do município que recebem as ações da EL.

Outro ponto importante que deve ser analisado é se as Escolas possuem dotação orçamentária própria e qual o tamanho dessa dotação. Essas informações nos permitem mapear a fonte de arrecadação das Escolas e a forma pela qual elas mantêm seus projetos e atividades. Das sete escolas, quatro possuem dotação orçamentária própria: Araraquara, Itapevi, Limeira e São Paulo. Assim como Cosson (2008) chama a atenção para o caso das EL das Assembleias Legislativas, não ter uma dotação orçamentária própria não é necessariamente ruim, uma vez que as casas legislativas organizam seus gastos de maneira diferente, podendo dividi-los por setores. Além disso, as EL das Câmaras Municipais são muito recentes. A mais “antiga”, de São Paulo, foi criada em 2011⁵.

[...] considerando-se que há várias escolas ainda em processo de estruturação física e administrativa, a ausência de orçamento pode significar uma maior abertura para os gastos de instalação, o que seria limitado com um orçamento previamente determinado. Não obstante tais particularidades, é certo que uma escola já instalada e em pleno funcionamento terá maior segurança em desenvolver suas atividades se dispuser de alguma forma de controle de suas finanças. É nesse sentido que a figura de um orçamento próprio torna-se fundamental para a existência de uma escola. (COSSON, 2008, p. 24).

5 Araraquara, 2013; Itapevi, 2015; Limeira, 2013; Louveira, 2012; Ribeirão Preto, 2013; S. J. Rio Preto, 2013.

Características do Corpo Administrativo

TABELA 2. Características do Corpo Administrativo das EL

Município	Qtde	Cargo	Formação	Contratação	Dedicação Exclusiva
Limeira	3	Diretor	Superior Completo	Comissão	Sim
		Chefe da Escola	Superior Incompleto	Comissão	
		Coordenador	Superior Completo	Efetivo	
Araraquara	4	Presidente	Superior Completo	Vereador	Sim
		Coordenadora Acadêmica	Superior Completo	Efetivo	
		Coordenadora Executiva	Superior Completo	Efetivo	
		Agente Administrativa	Superior Completo	Efetivo	
Ribeirão Preto	2	Diretor	Superior Completo	Efetivo	Não
		Coordenador	-	Efetivo	
Louveira	3	Diretor	Superior Completo	Comissão	Não
		Coordenação Pedagógica	Superior Completo	Efetivo	
		Secretário	Superior Completo	Efetivo	
Itapevi	4	Diretor	Superior Completo	Efetivo	Sim
		Auxiliar Legislativo	Superior Completo	Efetivo	
		Assistente Legislativo	Superior Completo	Efetivo	
		Assistente Legislativo	Superior Incompleto	Efetivo	
São Paulo	12	Diretor Presidente	Superior Completo	Efetivo	Sim
		Diretor Executivo 1	Superior Completo	Efetivo	
		Diretor Executivo 2	Superior Completo	Comissão	
		Diretor Executivo 3	Superior Completo	Comissão	
		Diretor Acadêmico	Superior Completo	Comissão	
		Diretor Acadêmico 2	Superior Completo	Efetivo	
		Diretor Acadêmico 3	Superior Completo	Efetivo	
		Coordenador	Superior Completo	Efetivo	
		Aux Secretária 1	Superior Completo	Efetivo	
		Aux Secretária 2	Superior Completo	Efetivo	
Aux Secretária 3	Superior Completo	Efetivo			
Aux Secretária 4	Ensino Médio	Efetivo			
S. J. Rio Preto	4	Presidente	Superior Completo	Vereador	Não
		Diretor	Superior Completo	Efetivo	
		Coordenador	Superior Completo	Efetivo	
		Secretário	Superior Completo	Efetivo	

Este tópico expõe o corpo administrativo das EL, se elas possuem conselhos consultivos e/ou deliberativos e em quantos e quais setores estão divididas. Para tanto, cotejamos as respostas do questionário com a estrutura legal prevista nos Regimentos Internos das Escolas, Resolução e/ou Portaria que as instituíram.

Essa aproximação mostrou que apenas duas escolas mantêm Conselhos Escolares: a de Limeira⁶ e a de São José do Rio Preto⁷. Ambos os Conselhos possuem 22 membros, sendo a presidência ocupada por um vereador, são consultivos e deliberativos e formados por membros das Escolas, do poder público e da Sociedade Civil que, junto às presidências, têm a tarefa de apoiar o desenvolvimento das atividades das Escolas.

Seguindo as legislações municipais, o quadro de profissionais das Escolas deve ser formado por profissionais com ensino superior, sem que se tenha qualquer especificação da área de formação destes profissionais. Outro ponto importante a se destacar é a relação que as Escolas mantêm com os vereadores das Câmaras, porque a depender de como estão desenhadas essas relações, as escolas passam a ter maior ou menos autonomia política. Em Louveira, não existe um cargo definido que deva ser ocupado por um legislador, no entanto, os cargos de Diretor, de Coordenador Pedagógico e de Secretário Administrativo são escolhidos pelo Presidente da Câmara⁸. Em Araraquara⁹ e S. J. Rio Preto¹⁰, o cargo de Diretor Presidente deve ser assumido por um vereador que fica à frente da escola por um mandato de dois anos, mas no caso de Araraquara este mandato é coincidente com o mandato da Mesa Diretora. Já em Itapevi¹¹ e Ribeirão Preto¹², a legislação define que a Diretoria das escolas deve ser composta por integrantes do Quadro de Pessoal do Legislativo e nomeada por ato da mesa. Ou seja, não há previsão legal para que um vereador assumira algum cargo dentro das EL. Em Limeira e São Paulo, o Diretor Presidente da EL é um cargo de livre provimento em comissão, nomeado pelo Presidente da Câmara, que deve possuir diploma de nível superior e titularidade mínima de Mestre.

As escolas analisadas têm, em média, três funcionários, sendo São Paulo a exceção novamente. Do total de 32 cargos ocupados para estruturar as EL, apenas dois são vereadores e seis ocupam cargos comissionados. Os demais cargos

6 Resolução nº 531/13.

7 Resolução nº 1180, de 30 de novembro de 2016.

8 Ato da Mesa nº 1, de 15 de janeiro de 2016.

9 Resolução nº 7.964, de 12 de junho de 2013.

10 Resolução 1180, de 30 de novembro de 2016.

11 Lei Municipal nº 2.369, de 27 de novembro de 2015.

12 Resolução nº 70, de 29 de novembro de 2013.

variam entre chefias, presidências, diretores acadêmicos, auxiliares e secretarias com algumas poucas variações nas suas atribuições. Dentre as informações coletadas, apenas Araraquara possui a função de Diretor do Memorial da Câmara, uma ocupação que tem entre suas competências “elaborar e promover a revisão periódica do projeto do Memorial da Câmara” (Araraquara, Art. 12, IV). Este cargo traz uma especificidade à EL de Araraquara referente à atuação no resgate da história do município.

Corpos Docente, Discente e Comunicação

TABELA 3. Corpo Docente^{13 14}

	Araraquara	Itapevi ¹³	Limeira	Louveira	Ribeirão Preto	S.J. Rio Preto	São Paulo ¹⁴
Servidores da Câmara		X		X	X	X	X
Prestadores de serviço	X	X	X	X	X	X	X
Docentes exclusivos da Escola							
Contratados via fundação/empresa parceira/convênio	X	X	X			X	X

TABELA 4. Corpo Discente

Escola do Legislativo	Araraquara	Itapevi	Limeira	Louveira	Ribeirão Preto	S. J. Rio Preto	São Paulo
Parlamentares	2	1	1	3	5	1	1
Servidores e funcionários internos da Câmara Municipal (efetivos e nomeados em comissão)	3	5	3	1	3	1	2
Servidores públicos (externos)	1	4	2	5	2	1	3
Estudantes	4	2	5	4	1	5	4
Cidadãos em geral	5	3	4	2	4	2	5
Público Médio atendido pelas EL entre 2015 e 2016	5.800	-	2.000	1.990	1.500	200	13.000

- 13 Embora a EL não tenha respondido que o corpo docente também é composto por contratação de serviço externo, no site da EL, em cursos realizados, é possível verificar que as atividades são realizadas também por profissionais externas à instituição. Disponível em: <http://www.camaraitapevi.sp.gov.br/escola/cursos-e-eventos-realizados-em-2016/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2017.
- 14 Da mesma forma que Itapevi, é possível verificar que o corpo docente da EL da Câmara Municipal de São Paulo também é composto por profissionais externos à instituição. Disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento/a-escola/credenciamento-docente/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

TABELA 5. Comunicação

Escola do Legislativo	Araraquara	Itapevi	Limeira	Louveira	Ribeirão Preto	S.J. Rio Preto	São Paulo
Site ou Página na internet	X	X		X	X	X	X
Facebook	X	X	X		X	X	X
Folders/Cartazes/Panfletos	X	X	X	X	X		
Outros	X		X				X

As Escolas do Legislativo das Assembleias Legislativas Estaduais possuem um corpo docente que mescla profissionais externos com profissionais internos (Cosson, 2008). No universo das EL municipais que estamos trabalhando aqui ocorre o mesmo. Em resposta à questão “como é formado o corpo docente da Escola?”, somente Limeira e Araraquara disseram não utilizar os servidores da Câmara para atuarem como docentes. Por sua vez, todas as EL utilizam prestadores de serviços para realizarem as suas atividades e nenhuma disse possuir docentes exclusivos, o que acompanha a tendência das EL mais antigas, vinculadas às casas legislativas federais e estaduais. Com exceção de Louveira e Ribeirão Preto, as demais EL realizam as suas atividades também por meio de parcerias e convênios.

Sobre o corpo discente, solicitamos às Escolas a quantidade de público atendido entre os anos de 2015 e 2016 e que elas ordenassem de 1 a 5 o público que mais frequentava as atividades, sendo 1 o público que menos frequenta e 5 o público que mais frequenta. O detalhamento do corpo discente nos permite mapear para onde toda a *expertise* oferecida pelas Escolas está sendo direcionada.

Quanto ao público, é evidente que devemos nesta comparação considerar proporcionalmente a relação entre número de habitantes dos municípios e público atendido. Questionada sobre o número do público, a EL de Itapevi respondeu que suas atividades tiveram início em 2015 e atenderam apenas aos servidores¹⁵.

Em um primeiro momento, poderíamos pensar que a quantidade de público alcançado estaria diretamente relacionada ao orçamento da EL. No entanto, o tipo de atividade realizada pode influenciar nessa relação quando, por exemplo, um curso de maior duração é oferecido a um mesmo público, uma vez que, nesse caso, o custo investido por pessoa aumenta.

15 É possível observar na página da EL de Itapevi que essa informação não procede. Foram oferecidos cursos para o público externo também como, por exemplo, o Curso de Iniciação Política, o qual aparece em endereços fora do Parlamento.

Quanto à definição dos públicos-alvo, as respostas apresentadas mostram que não há, entre as Escolas, um mesmo direcionamento quanto ao público que se deseja atingir. Também chama a atenção que os cidadãos em geral têm frequentado muito pouco as atividades das EL de Louveira e S. J. Rio Preto, e que os parlamentares em Araraquara, Itapevi, Limeira, Louveira, S. J. Rio Preto e São Paulo não têm participado das atividades que as Escolas têm oferecido.

Sobre a forma de divulgação de suas atividades, podemos verificar que as EL, com poucas exceções, exploram todas as possibilidades de comunicação. Além das citadas, Araraquara e São Paulo utilizam listas de email e Limeira envia *releases* para a imprensa local e informações ao Diário Oficial.

Práticas e Atividades

■ As Escolas também podem ser observadas quanto às atividades que elas têm desenvolvido. A partir destes dados poderemos aferir se focam suas atividades na formação e treinamento dos servidores, no desenvolvimento de pesquisas, na publicação de materiais didáticos ou nas atividades que dizem respeito estritamente à formação dos cidadãos para o exercício da participação democrática.

Mais uma vez, utilizamos como referencial a pesquisa feita por Cosson (2008) sobre as EL das Assembleias Legislativas Estaduais, porém com algumas adaptações que fazem sentido para o caso das EL de parlamentos menores, como ocorre nos municípios. Ao efetuar um levantamento das práticas pedagógicas, o autor objetivou o mesmo que nos dispomos agora: mostrar aquelas que as EL estão fazendo. Ademais, é importante alinharmos esse estudo empírico com as diretrizes delineadas pela ABEL, citadas na introdução. Retomando: capacitar funcionários do parlamento e atuar também no aprimoramento dos próprios parlamentares; disseminar conhecimentos e informações sobre o Legislativo; formar lideranças comunitárias; aproximar os cidadãos do Poder Legislativo; e desenvolver a educação para a democracia/cidadania.

Cosson (2008) divide as práticas pedagógicas em seis categorias: Administração; Legislativo; Educação para a Democracia; Publicações; Pesquisas e; Ações Assistenciais. As duas primeiras são focadas nos servidores do Legislativo, ou seja, em aprimorar a formação do servidor em áreas diversas, bem como fortalecer o conhecimento acerca do Poder Legislativo e em técnicas aplicadas para o trabalho dentro dessa instituição. A terceira categoria é voltada à sociedade e cumpre os objetivos de aproximar o cidadão do Parlamento e levar o conheci-

mento sobre a Democracia e, especialmente, sobre o Legislativo para fora da própria instituição.

Essas três categorias compõem o núcleo duro do que compreendemos fundamental para uma EL em âmbito municipal. As categorias Publicações e Pesquisas são demandas bastante avançadas que mesmo as EL das Assembleias Legislativas têm dificuldade em cumprir. A despeito disso, a excepcionalidade da Escola da Câmara de São Paulo se sobressai novamente, visto que a Escola edita, desde 2013, a Revista Parlamento & Sociedade. Além disso, vale destacar também a Pós-Graduação *lato sensu*, em nível de especialização, “Legislativo e Democracia no Brasil”.

A última categoria, Ações Assistenciais, ficou delimitada por Cosson como uma espécie de “categoria guarda-chuva”, na qual se encaixaram atividades que fogem aos objetivos estritos de uma Escola do Legislativo como, por exemplo: uma mostra de filmes com temas sociais, campanhas de arrecadação solidárias, cursinho pré-vestibular, aulas de idiomas ou de informática. Também utilizaremos a mesma categoria para o caso das EL das Câmaras Municipais paulistas.

Antes de entrarmos na apresentação dos tópicos, é importante ressaltar que, novamente, a quantidade de atividades da EL de São Paulo é muito superior a das demais, por razões que já discutimos acima. No entanto, a despeito da quantidade e dos formatos das atividades, as categorias podem seguir, com algumas adaptações, o modelo utilizado por Cosson (2008), como segue na tabela abaixo.

TABELA 6. Atividades realizadas

	Administração			Educação para a Democracia			Legislativo		Ações Assistenciais		
	Formação	Seminário/ Palestras	Cursos Servidores	Palestras	Cursos	Visitas Monitoradas	Cursos	Seminários	Memorial da Câmara	Mostra de Filmes/Palestras	Campanhas
Araraquara	X		X	X	X	X	X		X	X	
Itapevi	X		X	X	X						
Limeira	X		X	X	X						
Louveira		X	X	X						X	X
Ribeirão Preto		X	X	X				X			
S. J. Rio Preto		X		X							X
São Paulo	X	X	X	X	X		X	X		X	

Na categoria Administração, agrupamos as atividades que tratam de aspectos da administração pública legislativa. Subdividimos a categoria em “Formação e Cursos”; “Seminários e Palestras” e “Curso exclusivo para servidores”. Essas subdivisões tratam muito mais da natureza da atividade do que do público-alvo. Optamos por essa divisão porque, à exceção dos “Cursos exclusivos para servidores”, todas as atividades das EL são abertas à comunidade. Em geral, as atividades são voltadas à formação não só de servidores, como também de gestores e pessoas que desempenham alguma atividade na área do tema tratado¹⁶. Das sete EL analisadas aqui, todas apresentaram ao menos uma atividade nessa categoria. Vale a pena ressaltar que nos cursos exclusivos para servidores foi recorrente aparecerem temas ligados a contratos, licitações, cerimonial e como atender a população. Junto ao questionário, solicitamos que as Escolas nos enviassem as atividades que elas haviam elaborado durante o ano de 2016¹⁷.

A próxima categoria, Educação para a Democracia, é constituída por atividades que de alguma forma focalizam o tema das instituições políticas, do sistema político e dos valores democráticos ou ainda de direitos dos cidadãos. Essa categoria agrega a maior parte das atividades das sete escolas aqui analisadas, embora as EL de Louveira, Ribeirão e S. J. Rio Preto não tenham realizado cursos, apenas palestras. Chama a atenção o trabalho desempenhado pelas Escolas de Limeira, Araraquara e São Paulo pelo volume de atividades enquadradas em “Educação para a Democracia” que estas escolas realizaram quando comparada às demais (vide anexos). No entanto, repetimos a mesma ressalva que fizemos quando tratamos da quantidade de público atendido: como não coletamos informações detalhadas das atividades, como, por exemplo, a carga horária dos cursos e a disponibilidade de vagas, não temos como fazer uma comparação mais acurada entre as EL. Porém, nessa aproximação preliminar cabe destacar que atividades voltadas à educação para a democracia agregam a maior parte das atividades analisadas.

Na categoria Legislativo estão atividades voltadas a levar informações sobre o Poder Legislativo, especialmente aos servidores, aprimorando técnicas que auxiliam o servidor no desenvolvimento de atividades que dizem respeito especificamente ao processo legislativo. Ribeirão Preto, São Paulo e Araraquara foram as três EL que desenvolveram atividades específicas nessa área. É evidente que todas

16 O agrupamento nas categorias com o nome da atividade podem ser solicitado através dos e-mails dos autores, já que trata-se de um material extenso para o corpo desta revista.

17 Em sua resposta, a EL de Louveira nos informou que foram realizadas 118 atividades diferentes entre palestras, cursos e treinamentos e por isso, mesmo cientes da existência dos cursos, não conseguimos saber seus temas e abordagens.

as demais atividades colaboram neste intuito, mas aqui nesta categoria concentramos temas que tratam diretamente do Legislativo. Ressaltamos a singularidade dos trabalhos desenvolvidos pela EL de Araraquara que se propôs a buscar, resgatar e organizar a história do Legislativo do município por meio do Memorial da Câmara, seja por meio de organização documental, de apresentação dos legisladores da cidade ou ainda de apresentação histórica de importantes datas e personalidades política da cidade. Nesse sentido, São Paulo também buscou consolidar uma publicação que tratasse da história de todas as suas legislaturas – projeto que sofre com interrupções.

Por fim, selecionamos a categoria Ações Diversas¹⁸ onde estão compreendidas as atividades que mais se distanciam dos temas ligados ao Legislativo. Em Louveira, por exemplo, a EL organizou uma série de palestras que, embora sejam do interesse dos cidadãos, está relacionada à prevenção de doenças e cuidados com a saúde, bem como duas atividades musicais. No entanto, elas tendem a se afastar dos objetivos específicos definidos pelas legislações municipais¹⁹.

TABELA 7. Qual a interação dos vereadores com a Escola?

Escola do Legislativo	Araraquara	Itapevi	Limeira	Louveira	Ribeirão Preto	S. J. Rio Preto	São Paulo
Vereadores participam das atividades				X	X		
Vereadores ajudam na divulgação das atividades e da EL					X		X
Em alguns casos, os vereadores tentam impedir as atividades da EL							
Vereadores sugerem temas/atividades para a Escola	X		X	X			
Nenhuma das alternativas		X				X	

A propósito das legislações municipais que instituíram as sete EL, todas estabelecem que essas instituições têm por objetivo geral oferecer suporte conceitual de natureza técnico-administrativa às atividades do Poder Legislativo²⁰. Por isso, atividades que estejam distantes dessa finalidade devem ser analisadas com

18 Cosson (2008) utiliza o termo “Ações Assistenciais”. Optamos pela troca para dirimir qualquer interpretação equivocada que a palavra “assistenciais” pudesse gerar.

19 Louveira. Ato da Mesa, nº 1 de 15 de janeiro de 2016.

20 O Ato Ato nº 1186, de 22 de maio de 2012 que regulamenta a Escola da Câmara Municipal de São Paulo não especifica Objetivo Geral, mas o inciso I determina que é objetivo específico da escola I – Oferecer suporte conceitual de natureza técnico-científica às atividades da Câmara Municipal de São Paulo.

um pouco mais de criticidade e cautela. A possibilidade de formação dos cidadãos, com o propósito de aproximar o poder Legislativo da comunidade, aparece nos objetivos específicos. Entre tais objetivos das EL também está integrar o Programa Interlegis do Senado Federal ou o que venha a substituí-lo. Como não há um detalhamento do que essa integração comporta, não sabemos avaliar se ela acontece e de que maneira tem acontecido, já que não há nenhuma referência a atividades ligadas ao Congresso Nacional.

No questionário enviado às Escolas, também solicitamos informações acerca da relação que as instituições mantinham com os parlamentares da Casa, de forma a visualizar quais os tipos de envolvimento que eles mantinham com as Escolas. Somente Louveira e Ribeirão Preto responderam que os vereadores participam das atividades, embora saibamos que a agenda dos parlamentares muitas vezes os impedem de acompanhar os cursos, palestras etc. No entanto, ainda que sem estar presentes nas atividades, dentro de universo de escolas que trabalhamos, três delas responderam que os vereadores colaboram sugerindo temas e atividades. Não temos como rastrear qual é a taxa de execução das atividades sugeridas por eles. Porém, cabe reconhecer que o trabalho das Escolas, quando alinhado com a interlocução das demandas sociais feitas pelos vereadores, pode gerar ainda mais envolvimento da sociedade. Neste aspecto, chama a atenção também os casos de Itapevi e São José do Rio Preto, que assinalaram a opção “Nenhuma das alternativas”, sinalizando para um possível distanciamento entre a EL e os representantes políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

■ Nesse trabalho apresentamos um estudo exploratório sobre as estruturas e atividades das EL das Câmaras Municipais paulistas, que pode ser complementado, uma vez que boa parte das EL do estado não deu retorno ao questionário enviado. Não tivemos o objetivo de explorar qualitativamente as atividades das escolas, tampouco de avaliar seus desempenhos. Uma análise *in loco* seria capaz de aprimorar essa abordagem qualitativa, fazendo emergir interessantes relações entre estas instituições educativas e o trabalho que os Legislativos municipais vêm desempenhando nas diversas Câmaras. A título de exemplificação: ainda faltam análises que explorem o(s) impacto(s) que as EL têm trazido aos Legislativos e qual a relação estabelecida entre representantes e EL em uma possível tentativa de maximizar ganhos políticos. Esta última hipótese deriva do fato de algumas EL serem presididas por vereadores, o que pode personificar a instituição, sendo uma janela para o vereador instrumentalizar o órgão.

Em outras palavras, ainda existe um campo de pesquisa a ser explorado em torno desses novos órgãos que vêm se multiplicando no interior do Poder Legislativo e sabemos que trabalhos neste tema, sem dúvida, têm o potencial de trazer importantes contribuições à Ciência Política.

EDUARDO SEINO · Mestre em Ciência Política pela USP. Pesquisador do Laboratório de Política e Governo da UNESP.

MAIRA GONÇALVES Lopes · Mestre em Ciência Política pela UFSCar. Diretora Executiva da Arkos – Educação, Criatividade e Consultoria Política. Pesquisadora do Laboratório de Política e Governo da UNESP.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Luiz Fernandes de. Educando para a cidadania: a experiência da Escola do Legislativo. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 18, n. 59, p. 369-387, ago. 1997.
- COSSON, R. *Escolas do Legislativo, Escolas de Democracia*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Série Colóquios de Excelência; nº 1., 2008, 210 p.
- FUKS, M. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 20, nº 3, p. 425-449, 2014.
- GONÇALVES, G. Q.; CASALECCHI, G. A. O impacto do Parlamento Jovem sobre a confiança dos jovens mineiros. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, vol. 15, nº 24, p. 71-103, 2013.
- ITAPEVI. Lei nº 2369, de 27 novembro de 2015.
- LIMEIRA. Resolução nº 531 de 2013.
- LOUVEIRA. Ato da Mesa, nº 1 de 15 de janeiro de 2016.
- LOUVEIRA. Resolução 8, de 16 de maio de 2012.
- MARQUES JR, A. Educação Legislativa: as escolas do legislativo e a função educativa do parlamento. *E-Legis*, Brasília, p. 73-86, 2009.
- MELO, W. M. C. As Escolas do Legislativo no contexto de modernização do parlamento brasileiro: um estudo de múltiplos casos. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, USP, São Paulo, 2015.
- RIBEIRÃO PRETO. Resolução nº 70, de 29 de novembro de 2013.
- SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Resolução 1189, de 30 de novembro de 2016.
- SÃO PAULO. Ato nº 1186, de 22 de maio de 2012.

ANEXO I. Descrição das Atividades da EL da Câmara Municipal de Araraquara

Araraquara			
Administração	Formação/Cursos	Curso de Libras Básico	
		Oficina para Elaboração de Projetos Culturais	
	Seminários/Palestras	-	
	Cursos exclusivos para Servidores	Curso sobre Cerimonial	
Curso sobre Licitação			
Curso: Gestão e fiscalização de contratos administrativos			
Educação para a Democracia	Palestras	Palestra: “As ELs no contexto de modernização do Poder Público”.	
		Palestra: “As mulheres na Política”	
		Palestra: a Realidade do continente africano não encontrada nas literaturas e a importância da lei nº 10.639/03	
		Ciclo de palestra sobre Ano Eleitoral	
		Palestra: Aposentadorias, regras e direitos.	
		Palestra: Aposentadorias: Regras e Direitos	
		Palestra de conscientização: programa de responsabilidade social e qualidade de vida	
		A comunicação e a política na era digital	
		Mesa-Redonda: 10 anos da lei Maria da Penha: avanços e desafios.	
		Panorama Econômico e Político de Araraquara e Perspectivas para 2017	
		Semana Defensoria Pública na Escola do Legislativo de Araraquara: a Defensoria Pública e os direitos e deveres dos cidadãos	
		Palestra: Educação financeira para promoção da cidadania	
		Cursos	Conheça a previdência social: direitos e deveres, benefícios e serviços.
			Aspectos Gerais do Código de Defesa do Consumidor
Mini-Curso: Transparência Pública e a Lei de acesso à informação			
Visitas Monitoradas/Exposições	Visitas Monitoradas com alunos do 8º ano da escola estadual Dorival Alves		
	Exposição “Mulheres na Política”		

Legislativo	Cursos	Curso: Processo Legislativo Financeiro e Tributário
	Seminários/Palestras	-
	Memorial da Câmara	Presidentes do Legislativo de 1948 a 2015
		História dos símbolos do Município de Araraquara
		Presidentes do Legislativo
		9 de julho: Revolução de 1932
		Quem foi Bento de Abreu?
		Dia da Câmara Municipal
		183 anos da trajetória administrativa da Câmara Municipal de Araraquara
		"Dia de Sartre" – 04 de setembro – Quem foi Jean-Paul Sartre?
		Álbum de Araraquara 1948
		Álbum de Araraquara 1915
		Colégios Eleitorais do Município de Araraquara – de 1947 a 2016
		Biografia do ex-vereador Omar de Souza e Silva "Mazinho"
		Histórico dos eleitos para a 1ª Legislatura (1948-1951)
Biografia do ex-vereador Elias Damus		
Diplomação do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores em 1988		
Ações Diversas	Mostra de Filmes	O que é C.I.P.A.?
		Palestra: Impressão 3d e suas implicações.
	Campanhas	-

ANEXO 2. Descrição das Atividades da EL da Câmara Municipal de Itapevi

Itapevi		
Administração	Formação	Seminário Comunicação na Gestão Pública
	Seminários/Palestras	
	Cursos exclusivos para Servidores	Treinamento Recepção pública Ética no Serviço Público
Educação para a Democracia	Palestras	Judicialização do mandato parlamentar e o papel do assessor parlamentar
	Cursos	Curso de Iniciação Política
		Curso: Eleições Municipais 2016
	Vísitats Minitoradas	-
Legislativo	Cursos	-
	Seminários	-
	Memorial da Câmara	-
Ações Diversas	Mostra de Filmes	-
	Campanhas	-

ANEXO 3. Descrição das Atividades da EL da Câmara Municipal de Limeira

		Limeira
Administração	Formação	Curso de Libras – nível intermediário
	Seminários/Palestras	-
	Curso para Servidores	Gestão de documentos públicos
Educação para a Democracia	Palestras	Palestra: 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher
		Palestra: como dialogar com um machista
		Palestra: Marco Regulatório do 3º Setor
		Palestra "Avaliar: respeitar primeiro, educar depois"
		Palestra sobre doação de órgãos
		Palestra 16 dias de ativismo contra o tabagismo na adolescência. "Tabagismo: doença crônica".
		Palestra "A comunicação e a política na era digital"
		Rodada de conversas sobre Movimentos Migratórios
		Palestra "Machismo mata: mulheres e homens"
		Roda de conversa sobre intolerância religiosa
Cursos		Parlamento Jovem
		Formação de Lideranças Comunitárias
		Vereador Mirim
		Sabatina com os candidato a prefeitura
		Atividade de Educação no Trânsito
		Curso de formação/capacitação de profissionais que trabalham com mulheres em situação de violência
Visitas Monitoradas	-	
Legislativo	Cursos	-
	Seminários	-
	Memorial da Câmara	-
Ações Diversas	Mostra de Filmes/Palestras	-
	Campanhas/Fóruns/Semanas/Palestras	-

ANEXO 4. Descrição das Atividades da EL da Câmara Municipal de Louveira

Louveira		
Administração	Formação	-
	Seminários/Palestras	Ciclo de Debates com agentes políticos e servidores
	Cursos para Servidores	118 atividades diferentes entre palestras, cursos e treinamentos
Educação para a Democracia	Palestras	Palestra Ética e Cidadania
	Cursos	-
	Visitas Monitoradas	-
Legislativo	Cursos	-
	Seminários	-
	Memorial da Câmara	-
Ações Diversas	Mostra de Filmes/Palestras	Evento cultural Canto Lírico e Poesia
		Evento Musical Trio Matiz
	Campanhas/Fóruns/Semanas/Palestras	Palestra Saúde e Bem-Estar
		Palestra Saúde do Homem, Dia dos Pais
		Palestra Drogas na Adolescência
		Palestra Doação de Órgãos e Tecidos
		Palestra A Esperança como trajetória de superação
		Palestra Louveira de Ontem e de Hoje
		Palestra Saúde Bucal
		Palestra Prevenção H1N1
Semana de conscientização o Autismo		

ANEXO 5. Descrição das Atividades da EL da Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Ribeirão Preto		
Administração	Formação	-
	Seminários/Palestras	Palestra: O Desafio das Ideias Inovadoras no Setor Público Café Filosófico: Ética no Serviço Público
	Cursos para Servidores	Esclarecimentos sobre os cursos EAD da UniBB Setor Público que serão oferecidos aos servidores da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.
Educação para a Democracia	Palestras	Palestra: Controle Social dos Recursos Públicos Palestra: Acesso à Informação Pública: Uma introdução à Lei nº 12.527/2011
	Cursos	-
	Visitas Monitoradas	-
Legislativo	Cursos	-
	Seminários/Palestras	Palestra: O Vereador e a Fiscalização dos Recursos Públicos Municipais Palestra: Esclarecimentos e orientações sobre a adequação das atividades do Poder Legislativo às atuais diretrizes do Colendo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo Palestra: A Pedagogia e a Transformação da Sociedade Contribuições da Educação Legislativa
	Memorial da Câmara	-
Ações Diversas	Mostra de Filmes	-
	Campanhas	-

ANEXO 6. Descrição das Atividades da EL da Câmara Municipal de S. J. Rio Preto

S. J. Rio Preto		
Administração	Formação	-
	Seminários/Palestras	Abertura do Ano Letivo da EL
	Cursos Para Servidores	-
Educação para a Democracia	Palestras	Promotor fala de democracia e cidadania na Câmara
	Cursos	-
	Visitas Monitoradas	-
Legislativo	Cursos	-
	Seminários/Palestras	-
	Memorial da Câmara	-
Ações Diversas	Mostra de Filmes	-
	Campanhas	EL presta homenagem às mulheres

ANEXO 7. Descrição das Atividades da EL da Câmara Municipal de São Paulo

São Paulo			
Administração	Formação	O CRECE, a Democracia Participativa e a Qualidade Social da Educação	
		Dimensões políticas e técnico-operativas na atenção à população em situação de rua	
		Federalismo e Políticas Públicas	
		Fundamentos da Política e dos Direitos da População em Situação de Rua	
		Gestão da Informação Pública: do impresso ao digital	
		Gestão e qualidade das políticas educacionais no Brasil	
		Gestão de Recursos Naturais e Ambientais: Conceitos e Problemas	
		Gestão de Recursos Naturais e Ambientais: Conceitos e Problemas	
		I Jornada de Formação para Conselheiros Representantes do CRECE	
		Oficina Editais de Cultura	
		Oficina de elaboração de projeto de pesquisa e apresentação do curso de pós-graduação	
		Políticas Públicas: da agenda à avaliação	
		Previdência Social: Reformas e Perspectivas	
		Quintas Consultivas	
		Estado, Direito do Trabalho e Desenvolvimento Econômico	
		São Paulo de Todos os Imigrantes	
		Ciclo de Debates sobre Saúde Mental	
		Transporte Coletivo e Não Motorizado	
		Seminários/Palestras/Fóruns	Financiamento e Políticas Públicas (Ciclo de Debates)
		Cursos para Servidores	Gestão de Equipes – Desenvolvimento de Competências Conversacionais
Gestão de Contratos e Licitações (Curso de Extensão)			
Planejamento de eventos corporativos, cerimonial e protocolo nacional e internacional			

Educação para a Democracia	Palestras	Cidadania e Política
		I Congresso Internacional de Contas Públicas
		Fórum das Cidades
		Seminário Mulher, Políticas e Direitos
		Direitos Fundamentais
		Seminário Balanço crítico da Habitat III: as cidades latino-americanas e os desafios da Nova Agenda Urbana
		Campanhas Limpas, Transparentes e Participativas
		Ciclo de Debates SP 2030
		Desafios do Mundo do Trabalho: a representação de empregados na gestão de empresas
		5º Diálogo Brasil-Alemanha de Ciência, Pesquisa e Inovação
		Governança Metropolitana: Desafios e Perspectivas
		Igualdade de Gênero
		Introdução ao Direito Constitucional
		Introdução ao Direito Constitucional – Segunda Edição
		Judicialização das Políticas Públicas no Brasil
		Participação Política das Mulheres em Espaços de Poder e Decisão
		Participação Social e Política
		Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Década Internacional dos Afrodescendentes
		Seminário Conjuntura Política Brasileira e Lançamento da Revista Parlamento e Sociedade: Dossiê Reforma Política
	Trocando em Miúdos	
Cursos	Oficina AdentraSP – Mídias sociais, participação e mobilização	
	Direito Eleitoral – Eleições 2016	
	Direitos das Pessoas com Deficiência	
	Direitos Humanos – EAD	
Visitas Monitoradas	-	
Legislativo	Cursos	A Produção Legislativa do Poder Executivo
		Eleições Municipais – Novas Regras
		Decifrando as Pesquisas Eleitorais
	Seminários/Palestras/Fóruns	Diálogos CPF & Escola do Parlamento – Plano Municipal de Cultura
		Diálogos CPF & Escola do Parlamento: Leis de Fomento à Cultura em SP
Memorial da Câmara	-	
Ações Diversas	Mostra de Filmes	Mostra de Cinema – São Paulo Cidade Aberta
		Repórter do Futuro: Lançamento dos “Cadernos de Jornalismo” e Divulgação do 9º Módulo do Curso
		Repórter do Futuro: “Descobrir São Paulo, Descobrir-se Repórter” – Edição 2016
Campanha	-	